

PORTARIA N.º 8.044/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;
CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,
R E S O L V E :
SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da Procuradora de Justiça ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO, estabelecidas pela PORTARIA N.º 6.889/2016-MP/PGJ, no período de 13 a 28/10/2016, para gozo oportuno.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de dezembro de 2016.
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 1.890/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;
CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,
R E S O L V E :
SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da Procuradora de Justiça ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO, estabelecidas pela PORTARIA N.º 1.587/2017-MP/PGJ, no período de 1º/2 a 2/3/2017, para gozo oportuno.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 5 de abril de 2017.
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 168208

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 046/2017-MP/PA.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO
Nº. 014/2017-MP/PA

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa RADAR COMPUTER DISTRIBUIDORA EIRELI – EPP (CNPJ: 24.525.493/0001-41)
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FITAS PARA BACKUP LTO-6 E DE FITAS PARA LIMPEZA.
Data da Assinatura: 18/04/2017.
Vigência: 19/04/2017 a 18/04/2018.
Preços Registrados:

ITEM	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Unid	200	Fita de Dados LTO-6 Ultrium MP RW 2,5/6,25 TB COM ETIQUETAS DE COD. DE BARRA Fita LTO6 2.5TB até 6.25TB compactada; MARCA FUJIFILM	148,00	29.600,00
02	Unid	05	FITAS PARA LIMPEZA Compatível com a unidade LTO-6, 5, 4, 3, 2 E 1 E A NOVA LTO-7 COM ETIQUETAS DE COD. DE BARRAS. MARCA FUJIFILM	160,00	800,00

Foro: Belém
Ordenador Responsável: Marcos Antônio Ferreira das Neves.
Endereço da Contratada: Rua Arcadia, nº 39, Bairro do Tatuapé, no Município de São Paulo - SP, CEP: 03.318-110, Telefone (11) 2507-2388 / 2505-2517, Email: emerson@radarcomputer.com.br.

Protocolo: 168475

PORTARIA N.º 1.790/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual no 5.810, de 24.01.1994;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 006/2014-CPJ, de 16 de julho de 2016, que dispõe sobre a reestruturação das Regiões e Polos Administrativos do Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E :
DELEGAR à Promotora de Justiça de 2a Entrância CRYSTINA MICHICO TAKETA MORIKAWA atribuições específicas para, no dia 29/3/2017, dar investidura no cargo de Assessor Especializado de Apoio Técnico-Operacional Judicial e Extrajudicial do Interior, MP.CPCP-102-3, ao Sr. WAGNER SOUSA SANTOS, nomeado conforme Ato nº 54/2017, datado de 16/03/2017, publicado no D.O.E. de 21/03/2017, para exercer suas funções na Região Sudeste IV - Parauapebas.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 29 de março de 2017.
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 168615

PORTARIA N.º 51/2017-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAÍA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Nº 2227/2013-MP/PGJ, de 16 de abril de 2013,
R E S O L V E :
CONCEDER e AUTORIZAR o gozo de licença-prêmio por servidores do Ministério Público do Estado do Pará, conforme quadro:

NOME	PARCELA	TRIÊNIO	PERÍODO DE GOZO
ALESSANDRO DOS REIS RIBEIRO	1ª	2012/2015	01 a 30/08/2016
ALESSANDRO DOS REIS RIBEIRO	2ª	2012/2015	31/08 a 29/09/2016
CARLA FORTE CAVALCANTE	2ª	2005/2008	21/11 a 20/12/2016
ELAINE CRISTINA NASCIMENTO DO NASCIMENTO	2ª	2011/2014	02 a 31/03/2017
EUNICE ROSA FILGUEIRA DE MELO	1ª	2011/2014	03/11 a 02/12/2016
FABIO HENRIQUE RIBEIRO DOS SANTOS	2ª	2009/2012	17/11 a 16/12/2016
FABIO HENRIQUE RIBEIRO DOS SANTOS	1ª	2012/2015	08/09 a 07/10/2016
FABIO HENRIQUE RIBEIRO DOS SANTOS	2ª	2012/2015	08/10 a 06/11/2016
IRENE GOMES DE VASCONCELLOS PALHETA	2ª	2011/2014	09/01 a 07/2/2017
MARIA LUZIA COSTA FREITAS PEREIRA	1ª	2013/2016	20/11 a 19/12/2016
ROSENIA MEDEIROS NEVES	2ª	2012/2015	13/10 a 11/11/2016

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 20 de fevereiro de 2017.
MIGUEL RIBEIRO BAÍA
Subprocurador-Geral de Justiça,
área técnico-administrativa

PORTARIA N.º 113/2017-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAÍA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Nº 7874/2014-MP/PGJ, de 9 de dezembro de 2014,
R E S O L V E :
CONCEDER ao servidor abaixo relacionado licença-paternidade, com fulcro no artigo 91, da Lei nº 5.810/1994:

NOME	PERÍODO
RODRIGO D AGOSTO	06 a 26/03/2017

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 29 de março de 2017.
MIGUEL RIBEIRO BAÍA
Subprocurador-Geral de Justiça,
área técnico-administrativa

PORTARIA N.º 114/2017-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAÍA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Nº 7874/2014-MP/PGJ, de 9 de dezembro de 2014,
R E S O L V E :
CONCEDER aos servidores abaixo discriminados licença para tratamento de saúde, com fulcro nos artigos 81 a 84 da Lei nº 5.810/1994:

NOME	PERÍODO
ALICE DO SOCORRO DO NASCIMENTO BAHIA	16/03/2017
ADELINO LOURENCO NETO	16/03/2017
ANTONIO SERGIO DE OLIVEIRA AMARAL	21/03/2017
ALDO SERGIO DA SILVA BAIA	19/03/2017
BRUNO LIMA DE FREITAS	16 a 17/03/2017
CINTIA CRISTINA CORDEIRO DAMASCENO	15/03/2017

DRIELE MARAGONES SOUSA	23/03/2017
DRIELE MARAGONES SOUSA	24/03/2017
EDYLAINE CRISTINA ARAUJO PINHEIRO	07/03/2017
FELIPE CAMPOS DA SILVA	15 a 17/03/2017
JAQUELINE DE MORAES ANDRADE	21/03 a 19/04/2017
JOSIELE VIEIRA DOS REIS	15/03/2017
MARILZE RIBEIRO BITAR	15/03/2017
MAYARA TUANE OLIVEIRA DE ARAUJO	15 a 17/03/2017
MARLY DANTAS NERY	23/03/2017
PATRICIA GUEDES DO VALE	24/03/2017
PATRICIA GUEDES DO VALE	15 a 23/03/2017

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 30 de março 2017
MIGUEL RIBEIRO BAÍA
Subprocurador-Geral de Justiça,
área técnico-administrativa

PORTARIA N.º 132/2017-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAIA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Nº 7874/2014-MP/PGJ, de 9 de dezembro de 2014,
R E S O L V E :
ALTERAR o período de licença-prêmio de servidores do Ministério Público do Estado do Pará, conforme quadro:

NOME	PARCELA	TRIÊNIO	PERÍODO ANTIGO	PERÍODO NOVO
ANA WANDERLEIA MARTINS DOS SANTOS	2ª	2011/2014	05/01 a 03/02/2017	09/01 a 07/02/2017
EDER GOMES DE SOUZA	2ª	2011/2014	16/01 a 14/02/2017	09/01 a 07/02/2017
RIDHER NOGUEIRA SA	1º	2011/2014	01 a 30/11/2016	17/10 a 15/11/2016

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 4 de abril de 2017.
MIGUEL RIBEIRO BAIA
Subprocurador-Geral de Justiça,
área técnico-administrativa

Protocolo: 168594

PORTARIA N.º 6.916/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob nº 36111/2016, em 14/07/2016,
R E S O L V E :
AUTORIZAR a Promotora de Justiça FABIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA, a se deslocar do município de Benevides a esta Capital, nos dias 18, 19 e 30/07/2016, a fim de participar do Curso "Processo Coletivo e Precedentes Judiciais: perspectivas críticas e comparadas", promovido pelo Ministério Público Federal.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 31 de outubro de 2016.
MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 7.178/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais consignadas no art. 18, inc. VI da Lei Complementar Estadual 057 de 6 de julho de 2006;
CONSIDERANDO a decisão unânime do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na 17ª Sessão Ordinária, realizada no dia 13/9/2016, publicada no D. O. E. de 19/9/2016, que removeu o Promotor de Justiça de 2ª entrância AMARILDO DA SILVA GUERRA para o cargo de 1º Promotor de Justiça de São Miguel do Guamá;
CONSIDERANDO que o art. 5º da Resolução nº 30 do Conselho Nacional do Ministério Público do Estado do Pará, estatui que as investidas em função eleitoral não ocorrerão em prazo inferior a noventa dias da data do pleito eleitoral e não cessarão em prazo inferior a noventa dias após a eleição, devendo ser providenciadas pelo Procurador Regional Eleitoral as prorrogações eventualmente necessárias à observância deste preceito;
CONSIDERANDO que as funções eleitorais do Ministério Público junto aos Juízes e Juntas Eleitorais devem ser exercidas pelo Promotor Eleitoral, exclusivamente designado pelo Procurador Regional Eleitoral, após indicação encaminhada pelo Procurador-Geral de Justiça;
CONSIDERANDO a necessidade de se evitar descontinuidades bruscas e indesejáveis nos serviços eleitorais a cargo do Ministério Público, notadamente em ano eleitoral;
CONSIDERANDO interesse público no provimento dos cargos e na movimentação da carreira do Ministério Público;
CONSIDERANDO a necessidade de se adotar providências para